

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

QUESTÃO 31

Com relação às normas da Constituição Federal de 1988 e aos princípios fundamentais, assinale a opção correta.

- A A construção de uma sociedade livre, justa e solidária constitui-se em um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Por suas características, essa norma é definida como programática.
- B As normas de eficácia limitada são aquelas que a CF regulou suficientemente.
- C É princípio fundamental da República Federativa do Brasil a dissolubilidade do vínculo federativo, dado o direito de secessão dos estados e municípios.
- D As normas constitucionais de eficácia plena não admitem qualquer tipo de regulamentação legal.
- E A norma constitucional que estabelece que a lei disporá sobre a organização administrativa e judiciária dos territórios, prevista no art. 33 da CF, é classificada como de eficácia contida.

QUESTÃO 32

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- A Suponha que Joaquim, filho de pais brasileiros, nasceu na Alemanha, onde sua mãe estava a serviço da justiça eleitoral brasileira. Nessa situação, Joaquim será brasileiro nato, mas somente depois de sua solicitação ao Ministério da Justiça.
- B Os trabalhadores rurais não possuem o direito social do gozo de férias anuais remuneradas.
- C A proibição da união estável entre duas pessoas do mesmo sexo está em consonância com o princípio da igualdade.
- D Um cidadão pode ter os seus direitos políticos suspensos em caso de invocação de convicção filosófica para se eximir de obrigação legal a todos imposta, mesmo se cumprir prestação alternativa fixada em lei.
- E Somente o brasileiro, nato ou naturalizado, ambos no gozo de seus direitos políticos, possui legitimidade para ajuizar ação popular.

QUESTÃO 33

No que se refere aos direitos políticos, assinale a opção correta.

- A A ação de impugnação de mandato eletivo deverá ser proposta na justiça eleitoral no prazo de quinze dias da diplomação, independentemente de provas iniciais de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude cometida.
- B A atual CF permite candidaturas avulsas para a presidência da República, facultando aos candidatos dirigirem-se diretamente aos eleitores sem a necessidade de filiação partidária.
- C Uma das condições para concorrer em pleitos eleitorais é o prévio alistamento eleitoral.
- D O plebiscito e o referendo são formas de exercício indireto da soberania popular. A participação popular, em ambos os casos, faz-se posteriormente à promulgação da lei.
- E É condição de elegibilidade a idade mínima de trinta e cinco anos para o cargo de governador de estado.

QUESTÃO 34

Acerca da organização político-administrativa brasileira, assinale a opção correta.

- A Os terrenos de marinha são bens dos municípios.
- B Os municípios não possuem competência suplementar em matéria legislativa.
- C Ao mandato dos deputados estaduais aplicam-se as regras da CF quanto ao sistema eleitoral, inviolabilidade, imunidades, remuneração, perda de mandato, licença, impedimentos e incorporação às Forças Armadas.
- D Nos termos da CF, o resultado da exploração de petróleo não pode ser repartido com os estados e municípios, pois é de propriedade exclusiva da União.
- E Independentemente do número de eleitores em determinado município, a eleição do prefeito será realizada no primeiro domingo de outubro, em primeiro turno, e no último domingo de outubro, em segundo turno, se houver, no ano anterior ao do término do mandato vigente.

QUESTÃO 35

De acordo com o regime constitucional da administração pública, assinale a opção correta.

- A O servidor público que estiver no exercício de mandato eletivo de deputado estadual ficará afastado do seu cargo, desde que haja incompatibilidade de horários entre os dois cargos.
- B A criação de autarquias e fundações públicas independe de lei.
- C As parcelas de caráter indenizatório serão desconsideradas para efeito do cumprimento do teto constitucional remuneratório.
- D Aplica-se o regime geral de previdência social ao servidor público federal que ocupe cargo público efetivo.
- E A Constituição veda a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria a servidores públicos portadores de deficiência.

QUESTÃO 36

A respeito da composição de competências e atribuições dos órgãos da justiça eleitoral, assinale a opção correta.

- A Compete ao TRE processar e julgar originariamente os crimes eleitorais cometidos pelos juízes eleitorais.
- B Compete privativamente ao TSE responder às consultas sobre matéria eleitoral que lhe forem feitas, em tese, por autoridade pública ou partido político.
- C As zonas eleitorais são compostas de um juiz de direito, que ocupa a respectiva presidência, e de dois a quatro cidadãos de notória idoneidade.
- D O vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), eleito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), exerce a função de corregedor-geral eleitoral.
- E Membro do Ministério Público (MP) pode integrar a lista tríplice destinada à composição de tribunal regional eleitoral (TRE).

QUESTÃO 37

Acerca de fatos geradores de inelegibilidade e incompatibilidades, assinale a opção correta.

- A** O vice-governador pode candidatar-se a outros cargos eletivos sem a obrigatoriedade de desincompatibilizar-se do seu respectivo mandato, ainda que tenham substituído o titular do cargo.
- B** É elegível para o cargo de prefeito municipal o ocupante do cargo de secretário de educação do respectivo município, devendo ele se desincompatibilizar do cargo no prazo de quatro meses antes da eleição.
- C** Um indivíduo demitido do serviço público em decorrência de processo administrativo fica inelegível para qualquer cargo pelo prazo de cinco anos contado da decisão.
- D** Suponha que as contas relativas à gestão do presidente de determinada câmara de vereadores tenham sido rejeitadas por irregularidade, em decisão irrecurável do órgão competente. Nessa situação, o referido presidente ficará inelegível para qualquer cargo, por quatro anos consecutivos, contados da data da decisão, salvo se esta houver sido suspensa ou anulada pelo Poder Judiciário.
- E** É inelegível para o cargo de presidente da República o indivíduo que tenha, no período de seis meses anteriores ao pleito, ocupado função de direção em entidade representativa de classe e mantida parcialmente por contribuições impostas pelo poder público.

QUESTÃO 38

Assinale a opção correta a respeito dos partidos políticos.

- A** Dado o caráter nacional dos partidos políticos, a lei reconhece a responsabilidade solidária entre o órgão partidário nacional e seus respectivos órgãos estaduais e municipais.
- B** O eleitor não detém legitimidade para iniciar, junto à justiça eleitoral, processo de cancelamento de registro e de estatuto partidários, em razão de irregularidades.
- C** Caso um órgão nacional de partido político deixe de prestar contas ao TSE, a agremiação estará sujeita ao cancelamento do seu registro civil e do estatuto, o que não se aplica, no entanto, à omissão dos órgãos partidários regionais ou municipais.
- D** O registro de partido político no cartório competente pelo registro civil das pessoas jurídicas em Brasília basta para assegurar a exclusividade da respectiva denominação, sigla e símbolos.
- E** As alterações programáticas ou estatutárias, após a devida aprovação do TSE, devem ser registradas no ofício civil competente.

QUESTÃO 39

No que se refere às eleições e assuntos a elas correlatos, assinale a opção correta.

- A** É permitida, até o dia das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral, no espaço máximo, por edição, para cada candidato, partido ou coligação, de um oitavo de página de jornal padrão e um quarto de página de revista ou tabloide.
- B** Cabe ao órgão de direção nacional do partido político, em caso de omissão do respectivo estatuto no tocante a normas para a formação de coligações, estabelecê-las até cento e oitenta dias antes das eleições, publicando-as pelos meios de comunicação intrapartidária.
- C** Cada partido poderá registrar candidatos para a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa, assembleias legislativas e câmaras municipais, até o dobro do número de lugares a serem preenchidos.
- D** A norma geral das eleições estabelece que cada partido ou coligação preencha o mínimo de 30% para candidaturas femininas.
- E** Compete exclusivamente aos partidos ou coligações a expedição das credenciais de fiscais e delegados.

QUESTÃO 40

Com base na Lei n.º 6.091/1974, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, assinale a opção correta.

- A** A indisponibilidade do transporte, de acordo com a referida norma, exime o eleitor do dever de votar.
- B** Somente a justiça eleitoral pode, quando imprescindível, em face da absoluta carência de recursos de eleitores da zona rural, fornecer-lhes refeições, devendo, nessa hipótese, as despesas correr à conta de recursos próprios da justiça eleitoral.
- C** A proibição legal de transporte de eleitores por veículos particulares não requisitados pela justiça eleitoral tem início no dia anterior à eleição e se encerra tão logo seja concluída a votação.
- D** Os veículos e embarcações pertencentes à União, estados e municípios, incluídos os de uso militar, ficam, devidamente abastecidos e tripulados, à disposição da justiça eleitoral para o transporte gratuito de eleitores em zonas rurais, em dias de eleição.
- E** A lei permite que a justiça eleitoral alugue veículos particulares para o transporte de eleitores e pague pelos serviços com recursos do fundo partidário após a eleição.

QUESTÃO 41

Assinale a opção correta acerca dos atos administrativos e dos poderes da administração pública.

- A** Decorre do poder disciplinar o ato da autoridade superior de avocar para a sua esfera decisória ato da competência de agente a ele subordinado.
- B** O ato administrativo ilegal praticado por agente administrativo corrupto produz efeitos normalmente, pois traz em si o atributo da presunção, ainda que relativa, de legitimidade.
- C** Configura excesso de poder o ato do administrador público que remove um servidor de ofício com o fim de puni-lo.
- D** A admissão é ato administrativo discricionário pelo qual a administração faculta ao interessado a inclusão em estabelecimento do governo para a utilização de um serviço público.
- E** O poder regulamentar é prerrogativa de direito público conferida à administração pública de exercer função normativa para complementar as leis criadas pelo Poder Legislativo, podendo inclusive alterá-las de forma a permitir a sua efetiva aplicação.

QUESTÃO 42

Assinale a opção correta, a respeito dos agentes administrativos e dos atos de improbidade administrativa estabelecidos na Lei n.º 8.429/1992.

- A** A posse no cargo público confere ao servidor o direito a percepção de retribuição pecuniária como contraprestação pelo desempenho das funções inerentes ao cargo.
- B** Considera-se agente público todo aquele que exerce, exclusivamente com remuneração, função pública como preposto do Estado.
- C** O agente público que auferir vantagem patrimonial indevida em razão de consultoria prestada a pessoa física cujo interesse possa ser atingido por ação decorrente das atribuições daquele agente, no desempenho de suas atividades, incorre em ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- D** O ato de improbidade administrativa que cause lesão ao erário sujeitará o responsável apenas ao ressarcimento integral do dano.
- E** O recrutamento para o regime de emprego público não exige prévia aprovação em concurso público, uma vez que o vínculo laboral estabelecido entre a administração e o agente tem natureza contratual.

QUESTÃO 43

No processo administrativo, a administração pública tem o dever de produzir provas com o fim de atingir a verdade dos fatos, não devendo, por isso, ficar restrita ao que as partes demonstrarem no procedimento. Esse pressuposto, conforme a doutrina pertinente, refere-se ao princípio da

- A** da gratuidade.
- B** oficialidade.
- C** lealdade e boa-fé.
- D** do informalismo.
- E** da verdade material.

QUESTÃO 44

Determinada professora da rede pública de ensino recebeu ameaças de agressão por parte de um aluno e, mais de uma vez, alertou à direção da escola, que se manteve omissa. Nessa situação hipotética, caso se consumem as agressões, a indenização será devida

- A** pelo Estado, objetivamente.
- B** pelos pais do aluno e pelo Estado em decorrência do sistema de compensação de culpas.
- C** pelo Estado, desde que presentes os elementos que caracterizem a culpa.
- D** pelos pais do aluno e, subsidiariamente, pelo Estado.
- E** pelos pais do aluno, em virtude do poder familiar.

QUESTÃO 45

Assinale a opção correta com relação aos controles da administração pública.

- A** O controle judicial dos atos da administração não é apenas de legalidade, mas recai sempre sobre o mérito administrativo.
- B** O controle por subordinação é o exercido dentro da mesma administração, permitindo-se ao órgão de graduação superior fiscalizar órgão de menor hierarquia.
- C** Não pode o secretário estadual controlar a legalidade de ação administrativa praticada por autoridade estadual que tenha agido em desconformidade com norma jurídica válida, por ser tal competência privativa do Poder Judiciário.
- D** O controle administrativo é exercido apenas pelo Poder Executivo e objetiva fiscalizar ou rever condutas internas, sob os aspectos de conveniência e oportunidade para a administração.
- E** O controle legislativo não pode ser exercido sobre os entes integrantes da administração indireta.

QUESTÃO 46

Uma organização pública que se estrutura de modo a privilegiar a ênfase nas tarefas, na descrição clara dos processos, na previsibilidade, na premiação de empregados mediante remuneração variável, sem atentar muito para aspectos de autorrealização dos colaboradores, de meritocracia ou características do ambiente, alinha-se aos princípios da teoria da administração denominada

- A** relações humanas.
- B** contingencial.
- C** burocrática.
- D** sistêmica.
- E** administração científica.

QUESTÃO 47

Considerando que, a partir dos dados obtidos por meio de uma análise SWOT, uma organização pública tenha obtido as informações listadas nas opções abaixo, assinale a opção cuja informação constitui um exemplo de oportunidade.

- A** Disposição de outras fundações privadas em realizar parcerias.
- B** Prêmio distribuído aos empregados, no ano anterior, em função dos resultados obtidos.
- C** Pequeno número de servidores para realizar o atendimento ao cliente.
- D** Falta de capacitação dos servidores responsáveis pela análise das solicitações de compras.
- E** Grande disponibilidade orçamentária para gastos.

QUESTÃO 48

Os critérios de excelência que devem ser observados pela organização pública que se pauta no modelo de excelência gerencial da Fundação Nacional da Qualidade incluem

- A** projetos.
- B** a gerência.
- C** a tecnologia.
- D** a constitucionalidade.
- E** informações e conhecimento.

QUESTÃO 49

A gestão de processos

- A** tem como foco a alta gerência.
- B** possibilita uma visão mais ampla e horizontal do negócio.
- C** dificulta o balanceamento do uso dos recursos.
- D** impede o envolvimento dos funcionários de todos os níveis.
- E** privilegia a visão funcional da organização.

QUESTÃO 50

Assinale a opção correta com relação ao regime jurídico dos servidores públicos federais.

- A** O servidor público federal não pode ser um brasileiro naturalizado.
- B** O servidor ocupante de cargo que venha a ser extinto será compulsoriamente aposentado com salário proporcional ao tempo de serviço público que possuía na data da extinção do cargo.
- C** É vedada a demissão de servidor público com base no resultado de avaliação de desempenho periódico.
- D** Caso a demissão de servidor público venha a ser invalidada por decisão judicial, será permitida a recondução desse servidor ao cargo de origem.
- E** Após três anos de estágio probatório, o servidor obterá a vitaliciedade.

QUESTÃO 51

Tendo em vista que as funções econômicas do Estado são os principais instrumentos de ação estatal na economia, assinale a opção correta.

- A** A função estabilizadora ocorre, principalmente, nas situações em que o governo se utiliza do orçamento para a provisão de bens mistos.
- B** Para o exercício da função estabilizadora, o governo tem à disposição dois instrumentos macroeconômicos: a política fiscal e a política monetária.
- C** A função alocativa do governo justifica-se nos casos em que existe eficiência por parte do mecanismo de ação privada (sistema de mercado).
- D** A função estabilizadora, que promove o ajustamento da distribuição de renda, visa o chamado ideal de Pareto, que preconiza a melhoria do indivíduo sem que a situação dos demais seja deteriorada.
- E** Para o exercício da função distributiva, o governo tem um único instrumento, denominado imposto de renda progressivo por faixas de renda.

QUESTÃO 52

Acerca dos princípios orçamentários e da evolução do orçamento público, assinale a opção correta.

- A** O fracasso do Sistema de Planejamento, Programação e Orçamento do governo federal, devido a crises econômicas e dificuldades políticas, desencadeou alterações no conceito moderno de orçamento e representou uma proposta de retorno ao modelo orçamentário tradicional.
- B** Os princípios orçamentários estão sujeitos a transformações de conceito e significação, pois não têm caráter absoluto ou dogmático e suas formulações originais não atendem, necessariamente, ao universo econômico-financeiro do Estado moderno.
- C** De acordo com o princípio da especialização, a lei orçamentária deverá conter apenas matéria financeira, excluindo qualquer dispositivo estranho à estimativa de receitas do orçamento.
- D** O orçamento tradicional, além de ser um instrumento político, tinha o aspecto econômico como prioridade, pois buscava a economia e a eficiência.
- E** Na concepção de orçamento moderno, segundo a doutrina Marxista e o modelo renda = consumo + investimento, o orçamento é tido como instrumento de controle administrativo e político.

QUESTÃO 53

Acerca do orçamento público no Brasil, assinale a opção correta.

- A** A disposição dos três orçamentos que constituem a lei orçamentária anual – fiscal, seguridade social e orçamento de investimento das empresas – é, da mesma forma, estabelecida nas leis de diretrizes orçamentárias.
- B** A elaboração do orçamento anual desenvolve-se no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, cujo órgão central é o Ministério do Desenvolvimento Social.
- C** Assim como os temas orçamentários, a obrigatoriedade de se adotar sistematicamente o planejamento nas diversas esferas do governo tornou-se realidade com a Constituição de 1967.
- D** O plano plurianual constitui a síntese dos esforços de planejamento da União, não atingindo os demais entes da Federação.
- E** O orçamento anual constitui princípio orientador para a elaboração das diretrizes orçamentárias.

QUESTÃO 54

Na etapa de execução orçamentária e financeira, que constitui a terceira etapa do processo de gestão pública, as decisões e as escolhas expressas na lei orçamentária assumem natureza financeira na forma de fluxos de recursos que entram e saem do Tesouro. Com referência a essa etapa do processo de gestão pública, assinale a opção correta.

- A** O crédito adicional é um mecanismo retificador do orçamento que, na modalidade crédito suplementar, destina-se ao atendimento de despesas imprevisíveis e urgentes, como guerra e calamidade pública.
- B** Os créditos especiais e os suplementares são provenientes de recursos como excesso de arrecadação, superávit financeiro, produto de operação de crédito e os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais.
- C** A forma e a sistemática de acompanhamento do cumprimento da programação de desembolso financeiro são idênticas em todas as entidades estatais.
- D** A receita, assim como a despesa, é executada de forma amplamente descentralizada, por meio de uma gama de unidades executoras.
- E** O exercício financeiro, no Brasil, não coincide com o ano civil: os orçamentos anuais são executados no período de 1.º de fevereiro a 31 de dezembro de cada ano.

QUESTÃO 55

Característica marcante da economia das últimas décadas é o crescente aumento das despesas públicas, situação observada não somente em países nos quais o Estado é o grande agente econômico, mas também nos Estados capitalistas avançados de economia de mercado. Acerca das despesas públicas, assinale a opção correta.

- A** Os direitos de credores de despesas em restos a pagar prescrevem no dia 31 de dezembro do ano subsequente ao da inscrição.
- B** Na atualidade, as despesas de exercícios anteriores referem-se somente à categoria de custeio.
- C** As categorias econômicas da despesa orçamentária incluem as despesas correntes, que compreendem as que contribuem para a concessão de empréstimo, a aquisição de produtos para revenda e a amortização de dívidas.
- D** De acordo com a categoria das despesas por programas, os planos plurianuais funcionam como unidades de integração entre o planejamento e o orçamento, organizados por um conjunto articulado de ações, que seriam os projetos, atividades e operações especiais.
- E** Como estágio da despesa, a liquidação se refere à emissão da ordem de pagamento e ao pagamento propriamente dito.

QUESTÃO 56

Em processo licitatório, a adjudicação

- A libera a administração pública para contratar o objeto licitado com qualquer outro que não seja o adjudicatário, haja vista os outros aspectos a serem analisados antes da efetiva contratação.
- B garante aos licitantes a participação nas demais fases deliberativas do processo, sem assegurar o direito de contratar com a administração.
- C libera os licitantes vencidos dos encargos da licitação.
- D vincula o vencedor apenas ao valor do preço acertado, sendo possível a mudança unilateral dos demais aspectos estabelecidos no edital e na proposta.
- E impede, por ser ato meramente declaratório, a aplicação das penalidades previstas no edital.

QUESTÃO 57

Acerca das sanções penais para crimes praticados em licitações, assinale a opção correta.

- A Caberá, com exclusividade, à Advocacia Geral da União propor a ação para buscar a sanção penal e a reparação dos possíveis danos ao erário.
- B As penas previstas na legislação para os envolvidos nesses crimes são, exclusivamente, a prisão e a perda do cargo público.
- C Inexiste cumulatividade de penas, cabendo ao magistrado a escolha da pena mais indicada para o caso em análise.
- D Comprovado o superfaturamento decorrente de dispensa ou inexigibilidade de licitação, o fornecedor ou prestador do serviço contratado nessas condições responderá solidariamente com o agente público pelo dano causado à Fazenda Pública.
- E A persecução penal para esses crimes se dará por intermédio de ação privada condicionada.

QUESTÃO 58

Com base na Lei n.º 10.520/2002 e demais disposições normativas relativas ao pregão, assinale a opção correta.

- A É vedado o oferecimento de lances por telefone ou outro meio eletrônico que não contemple a presença física do proprietário da empresa ou seu representante legal no local da organização pública.
- B No âmbito do Ministério da Defesa, o pregoeiro deverá ser servidor público civil estatutário ou comissionado regularmente designado e capacitado para a função.
- C Os licitantes deverão apresentar todos os documentos de habilitação atualizados, a despeito de sua existência em qualquer outro sistema público.
- D Utiliza-se essa modalidade principalmente para a aquisição de produtos ou serviços com características subjetivas.
- E É vedada a exigência de garantia de proposta no edital de licitação.

QUESTÃO 59

Com relação à administração pública, o sistema de registro de preços apresenta como desvantagem

- A o excessivo fracionamento da despesa.
- B a complexidade da concorrência.
- C a formação de grandes estoques na organização pública.
- D o compromisso de compra imediata.
- E a vedação de utilização por outra organização pública.

QUESTÃO 60

Para contratar bens e serviços de informática, a organização pública deverá obrigatoriamente utilizar o tipo de licitação denominado

- A concorrência.
- B melhor preço.
- C tomada de preços.
- D melhor técnica.
- E técnica e preço.

QUESTÃO 61

Assinale a opção correta de acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro — Decreto-Lei n.º 4.657/1942.

- A Direito adquirido é o direito material ou imaterial já incorporado ao patrimônio de uma pessoa.
- B Ao aplicar a lei, o magistrado poderá optar entre atender ou não às exigências do bem comum.
- C A lei do país em que a pessoa for domiciliada é que determina a regra sobre os direitos de família; dessa forma, caso um muçulmano domiciliado no Iraque venha ao Brasil para se casar com três mulheres poderá ser celebrado o casamento civil entre ele e suas três esposas.
- D *Vacatio legis* é o espaço de tempo entre a data da promulgação e a entrada em vigor da lei.
- E Ab-rogação e derrogação designam, respectivamente, a revogação parcial e a revogação total de uma norma.

QUESTÃO 62

Maria, pessoa natural de nacionalidade brasileira, solteira, tem quinze anos de idade e mora com sua mãe, Francisca, sua representante legal. Maria foi gerada por meio de fecundação artificial feita a partir de trabalho experimental com embriões congelados.

Com referência a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A As informações contidas na hipótese em apreço não são suficientes para se precisar o estado político de Maria.
- B O domicílio de Maria, denominado domicílio de origem, é o domicílio de sua mãe, Francisca.
- C Embora o Código Civil resguarde tanto os direitos do nascituro quanto os direitos do embrião congelado, a personalidade civil da pessoa natural Maria começou apenas no momento em que ocorreu o corte do seu cordão umbilical.
- D É possível que Maria seja emancipada; para tanto, será necessário que seus pais — por concessão de ambos ou de um deles na falta de outro — façam a emancipação voluntária parental, e que esta seja homologada por juiz de direito.
- E Caso o nome de Maria venha a ser utilizado em um jornal, para fins de publicidade, à revelia de Francisca, sua representante legal, o jornal e o publicitário responsável pela propaganda estarão legalmente amparados em decorrência do princípio da publicidade, ainda que a peça publicitária que por eles venha a ser produzida associe o nome de Maria a qualidades a ela inerentes, possibilitando sua identificação.

QUESTÃO 63

Assinale a opção correta acerca dos contratos e da responsabilidade civil.

- A Conforme a teoria da cognição, o contrato entre ausentes será considerado formado mesmo que a resposta do destinatário da proposta não chegue ao conhecimento do proponente.
- B Diante de cláusulas ambíguas ou contraditórias em um contrato de adesão, a interpretação deve favorecer aquele que assinou primeiro, pois teve um tempo menor para ler e compreender o contrato.
- C Os atos praticados na etapa pré-contratual não são capazes de gerar responsabilidade civil, que é típica daqueles atos praticados na vigência do contrato.
- D Na hipótese de envio de uma proposta por *email*, como peticitante não se encontra na presença do oblato, a proposta feita será considerada entre ausentes.
- E O Código Civil brasileiro não aborda a responsabilidade civil por danos provenientes das coisas que caírem ou forem lançadas da janela de um apartamento e caírem em lugar indevido.

QUESTÃO 64

Com relação aos princípios constitucionais do processo civil, assinale a opção correta.

- A O sistema de cotas para ingresso nas universidades, adotado em todas as faculdades, públicas ou particulares, é consequência do princípio da igualdade processual.
- B O princípio do juízo natural, no aspecto objetivo, desdobra-se em duas garantias: a preexistência do órgão jurisdicional ao fato e o respeito absoluto às regras objetivas de determinação de competência.
- C No aspecto subjetivo, o princípio do juízo natural refere-se tão somente à questão da imparcialidade do juiz.
- D O princípio do devido processo legal é aplicável apenas no âmbito público, sem alcançar os particulares, já que se refere apenas aos processos judiciais.
- E A dimensão substancial do princípio do contraditório refere-se ao direito de participar do processo, de ser ouvido, do autor que está no polo passivo da relação jurídico-processual.

QUESTÃO 65

De acordo com os princípios constitucionais do processo civil, assinale a opção correta.

- A Quaisquer atos judiciais realizados pelo magistrado devem ser motivados, sob pena de afronta ao princípio constitucional da motivação.
- B O princípio constitucional da ampla defesa representa o direito do réu de participar do processo para se defender de acusações, inaplicável ao autor, já que não tem necessidade de se defender.
- C O direito fundamental à publicidade estabelece que os atos processuais são públicos e divulgados oficialmente, ressalvada a proteção à intimidade ou o interesse social.
- D O princípio da razoável duração do processo aplica-se exclusivamente aos processos que tramitam no Poder Judiciário.
- E O princípio do duplo grau de jurisdição está expresso na Constituição e refere-se ao direito à obtenção de um novo julgamento por órgão de mesma hierarquia ou superior.

QUESTÃO 66

Acerca de mandado de segurança, ação popular e ação civil pública, assinale a opção correta.

- A A ação popular seguirá o procedimento ordinário previsto no CPC, com a particularidade do prazo de quinze dias para a contestação, que poderá ser dilatado, a pedido do interessado, por mais quinze dias, quando a prova for de difícil produção.
- B A ação civil pública seguirá o procedimento ordinário previsto no CPC naquilo que não contrariar o disposto em lei específica, sendo cabível o pedido de adiantamento de pagamento das custas e dos honorários periciais.
- C Em uma situação de urgência é possível impetrar mandado de segurança por fax.
- D É cabível a concessão de mandado de segurança quando o ato administrativo ainda estiver pendente de recurso administrativo com efeito suspensivo.
- E No mandado de segurança é cabível o ingresso de litisconsorte ativo até antes do despacho saneador, com a anuência do réu.

QUESTÃO 67

No âmbito da administração pública, o agente que

- A provoca instauração de investigação administrativa contra alguém, imputando-lhe falta de que o sabe inocente, comete o crime de denunciação caluniosa.
- B altera teor de certidão verdadeira, para provar fato que habilite alguém a obter cargo público ou outra vantagem comete o crime de falsidade ideológica.
- C pede dinheiro a pretexto de influir na decisão de juiz eleitoral incorre em crime de tráfico de influência.
- D solicita para si vantagem indevida em razão da função pública que exerce incide no crime de corrupção ativa.
- E altera parte de documento público verdadeiro pratica o crime de supressão de documento.

QUESTÃO 68

Acerca dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, assinale a opção correta.

- A O agente que, sem justa causa, divulga informações sigilosas contidas em banco de dados da administração pública, causando prejuízo ao órgão, comete crime de violação de segredo profissional, cuja ação penal é pública condicionada à representação.
- B O tutor ou depositário judicial que recebe coisa alheia móvel nessa qualidade e dela apropria-se comete o crime de apropriação indébita.
- C Entre os crimes contra o patrimônio, são classificados como hediondos o latrocínio, a extorsão, a extorsão mediante sequestro e o roubo qualificado.
- D O servidor público que emite conceito desfavorável em parecer ou informação que preste no cumprimento de dever do ofício pode ser punido por injúria ou difamação, conforme o caso.
- E Por expressa previsão legal, é isento de pena o agente que, por gesto ou outro meio simbólico, ameaça alguém de causar-lhe mal injusto e grave.

QUESTÃO 69

Com relação aos dispositivos constitucionais aplicáveis ao processo penal, assinale a opção correta.

- Ⓐ A Constituição Federal de 1988 (CF) não admite juízo ou tribunal de exceção, razão por que a atual estrutura do Poder Judiciário não prevê justças especializadas em determinada matéria.
- Ⓑ A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre devem ser comunicados ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada no prazo máximo de setenta e duas horas contado a partir da prisão.
- Ⓒ A garantia de que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado da sentença penal condenatória significa que mesmo quem for preso em flagrante cometendo homicídio será possuidor da presunção de inocência.
- Ⓓ Admitir-se-á ação penal privada, subsidiária da pública, no crime de roubo, quando o membro do Ministério Público (MP) manifestar-se pelo arquivamento do inquérito policial.
- Ⓔ Ao assegurar o contraditório, a ampla defesa e a publicidade aos acusados em geral, a CF impôs a observância de tais garantias não só durante o processo penal, mas desde o inquérito policial.

QUESTÃO 70

Assinale a opção correta no tocante ao direito processual penal.

- Ⓐ A determinação da competência em matéria criminal deve considerar eventual prerrogativa de função do réu ou da vítima, situação que indicará como foro competente um tribunal com jurisdição sobre o local onde tiver ocorrido o fato.
- Ⓑ Nos crimes que deixam vestígios, como o homicídio e o latrocínio, para se comprovar a materialidade do crime é indispensável a realização de prova pericial, não podendo esta ser substituída pela confissão do acusado.
- Ⓒ O acusado tem direito a um defensor constituído ou nomeado pelo juiz, podendo renunciar a esse direito e se autodefender, ainda que não tenha formação jurídica, em face da amplitude do constitucional direito de defesa.
- Ⓓ No processo dos crimes de responsabilidade inafiançáveis praticados por servidor público, o procedimento legal exige que, depois de recebida a denúncia, o juiz notifique o defensor do réu para responder a acusação por escrito no prazo legal.
- Ⓔ Para fins de *habeas corpus*, entre outras hipóteses, consideram-se situações de coação ilegal: a permanência de alguém preso por mais tempo do que determina a lei, a negativa da concessão de liberdade provisória e o fato de o processo ser manifestamente nulo ou anulável.

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno. Em seguida, transcreva o texto para a **FOLHA DE TEXTO DEFINITIVO DA PROVA DISCURSIVA**, no local apropriado, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado.
- Na **folha de texto definitivo**, identifique-se apenas na primeira página, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Ao texto que contenha qualquer outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente a identificação do candidato em local indevido.
- Ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **10,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos).

O Poder Judiciário, visando à satisfação do usuário, tem se mobilizado para melhorar a qualidade no atendimento ao público, aperfeiçoando seus processos de trabalho, de forma contínua, a partir do esforço de todos os seus servidores e colaboradores. Nesse sentido, a busca da certificação ISO representa uma ferramenta a mais para garantir o atingimento dessa melhoria no patamar de qualidade e padronização dos processos.

Considerando o texto acima apresentado, redija um texto dissertativo a respeito da certificação ISO 9000:2000.

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ conceito e evolução histórica da referida certificação; [valor: 3,00]
- ▶ órgãos responsáveis no Brasil e no exterior e a importância dessa certificação para a melhoria dos processos; [valor: 4,00]
- ▶ principais diferenças existentes entre a estrutura ISO 9000:2000 e as certificações anteriores. [valor: 2,50]

RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



cespeUnB

Centro de Seleção e de Promoção de Eventos